

A importância da ludicidade na educação infantil

The importance of playfulness in early childhood education

Janice Aparecida Costa de Almeida

Wilson Francisco Braga

1 Introdução

A ludicidade desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem e na aquisição de conhecimento das crianças, ao promover a criatividade, a interação social e o desenvolvimento integral. As atividades lúdicas e as brincadeiras são essenciais para a formação das crianças na educação infantil, pois favorecem o crescimento cognitivo e motor, além da expressão emocional e social dos pequenos. No âmbito da prática pedagógica, recomenda-se a incorporação de atividades lúdicas como estratégia para incentivar a motivação dos alunos, facilitar sua adaptação ao ambiente escolar e promover a socialização entre os pares. Através da brincadeira, as crianças se sentem mais motivadas e conseguem se integrar ao contexto escolar, aprendendo a conviver e interagir com os outros integrantes do seu meio social.

Diante desse cenário, tem-se a seguinte questão: qual é a importância do lúdico na educação infantil e como os educadores estão preparados para implementar esse método pedagógico?

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a relevância do lúdico na educação infantil, enquanto objetivos específicos buscam-se apresentar os jogos lúdicos como ferramenta de aprendizado e socialização; e avaliar a importância da aplicação de jogos e brincadeiras no contexto educacional infantil.

1.1 Metodologia

A pesquisa em questão adota uma metodologia mista, integrando características exploratórias, descritivas, explicativas e qualitativas, que se revela fundamental para a compreensão do tema abordado. A abordagem exploratória é essencial, pois

facilita a familiarização do pesquisador com o objeto de estudo, permitindo uma imersão no contexto investigativo.

Essa imersão é complementada por uma análise bibliográfica a qual se baseia em fontes já consolidadas, incluindo livros, artigos acadêmicos, revistas especializadas e sites relevantes. Esse rigor na escolha de fontes propicia um embasamento teórico, enriquecendo a discussão e análise do tema.

A natureza descritiva da pesquisa contribui para a construção de uma nova perspectiva sobre uma realidade vivenciada, permitindo que os dados coletados sejam interpretados sob ângulos distintos. Essa descrição abre espaço para a reflexão crítica e a identificação de lacunas no conhecimento existente.

A vertente explicativa, por sua vez, busca elucidar as razões subjacentes aos fenômenos observados, proporcionando uma compreensão dos motivos que levam às ocorrências dos comportamentos e tendências identificadas. A utilização de estratégias lúdicas neste aspecto da pesquisa é inovadora, pois propõe uma forma dinâmica de explorar as perspectivas dos indivíduos, favorecendo uma maior interação e engajamento com o tema.

A abordagem qualitativa adotada valoriza a interpretação dos comportamentos, opiniões e expectativas dos participantes da pesquisa. Através de entrevistas, questionários ou grupos focais, pretende-se captar a complexidade das experiências vividas, oferecendo um panorama detalhado e subjetivo que complementa os dados quantitativos, quando disponíveis.

A metodologia proposta não só responde à problematização levantada, como também permite alcançar os objetivos delineados. Ao integrar diferentes abordagens, a pesquisa se transforma em um instrumento eficaz para aprofundar o conhecimento e contribuir para a construção de uma visão mais ampla e fundamentada sobre o tema em questão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Jogos no processo de aprendizagem

Cada geração tem a capacidade de se beneficiar das experiências acumuladas pelas gerações anteriores, ao mesmo tempo em que contribui para o crescente patrimônio

do conhecimento e das técnicas harmônicas. É importante destacar que a aprendizagem da criança começa muito antes de sua inserção formal na escola; pois é no contexto familiar que ela adquire seus primeiros conhecimentos (Santos, 2024). O desenvolvimento e a aprendizagem estão inter-relacionados desde o nascimento da criança, que inicia um processo constante de aprendizagem por meio da interação com seu ambiente físico e social (Bernardo; Nascimento; Kassburg, 2023). Crianças que vivem em subculturas podem enfrentar conflitos ao se depararem com normas, linguagens e modos de vida distintos dos que experimentam em seu cotidiano, gerando ambivalências nas relações interpessoais. Esses problemas podem se agravar quando o professor não está preparado para lidar com tais situações e passa a discriminar essas crianças, tendo uma visão delas como perturbadoras do ambiente escolar e com baixo rendimento (Matunaga; Crepaldi, 2024).

Parte das dificuldades enfrentadas pelas crianças ao longo de sua trajetória educacional ocorre durante o período de alfabetização (Silva et al., 2025). O elevado índice de repetência é uma questão primordial a ser solucionada no âmbito do ensino nacional, visto que essa repetência muitas vezes é mascarada por reprovações em que os alunos são transferidos entre diferentes turmas, como da primeira série B para a primeira série A.

Os índices de evasão escolar e repetência têm sido altos nos últimos anos, o que acaba desestimulando os alunos a concluírem sua formação. Destaca-se que o desenvolvimento da criança depende do lúdico; o jogo representa uma forma de equilíbrio com o mundo, e a assimilação e acomodação de novos conhecimentos devem ocorrer por meio do brincar (Almeida; Alves, 2021).

Empregar esquemas de assimilação infantil para promover uma aprendizagem mais eficaz é garantir a generalização do conhecimento, ou seja, a aplicação de um esquema a diferentes contextos, que constitui, em última análise, o objetivo da aprendizagem e da educação em geral. O jogo, portanto, é um momento sério na vida da criança: ao participar de atividades lúdicas, ela expressa sua maneira de pensar e utiliza todo o seu potencial para enfrentar desafios (Denny; Mendes, 2024).

A implementação de jogos educativos tem demonstrado eficácia em melhorar o processo de ensino-aprendizagem, oferecendo ao aluno uma abordagem lúdica para a aquisição de conhecimentos. Os jogos educativos podem despertar motivação,

estimular curiosidade e interesse pelo aprender, contribuindo assim para a construção do conhecimento de forma prazerosa e envolvente.

2.2 O brincar como uma atividade necessária ao desenvolvimento infantil

O brincar desempenha um papel fundamental na construção da autoimagem e na compreensão do mundo ao redor da criança. Através da brincadeira, ela incorpora elementos do seu ambiente, tanto objetos quanto experiências, criando um espaço que transcende a realidade cotidiana. Essa atividade, que constitui a essência da infância, manifesta-se desde os primeiros meses de vida e repousa sobre uma prática natural e inocente.

O ato de brincar permeia todos os aspectos da vida infantil, abrangendo emoções, intelecto, cultura, desenvolvimento físico e comportamental. As interações da criança com os objetos durante o jogo oferecem ao adulto uma perspectiva sobre como ela organiza e constrói seu conhecimento (Miguel; Bataglia, 2021).

No contexto lúdico, a criança exerce sua criatividade, livre de imposições comportamentais predefinidas. Assim, situações difíceis, como conflitos ou desejos frustrados, podem ser reimaginadas e elaboradas no âmbito da brincadeira. Essa repetição de cenários lúdicos contribui para o fortalecimento da personalidade, envolvendo tanto componentes afetivos quanto intelectuais.

O brincar se estabelece, portanto, como um vetor essencial do processo de aprendizagem, pois promove reflexão, liberdade e criatividade. A interação social, característica do aprendizado, revela-se inerente ao desenvolvimento infantil; a inteligência, nesse contexto, é uma construção coletiva. Para que a criança desenvolva suas potencialidades, é imprescindível que ela sinta um vínculo afetivo, sendo o adulto o mediador que proporciona condições para que criações psíquicas floresça (Pessanha, 2024).

O educador infantil deve reconhecer a importância do jogo como ferramenta pedagógica. É preciso que compreenda a necessidade da criança de se engajar em brincadeiras, pois isso cria um ambiente propício para o desenvolvimento das habilidades comunicativas e a aquisição de novos conceitos. Ao interagir com novas situações e buscar soluções, a criança amplia suas competências, tornando o aprendizado mais significativo (Almeida; Alves, 2021).

A seleção de brinquedos adequados deve ser parte integrante do projeto educativo, enquanto o envolvimento do educador nas atividades lúdicas fortalece os laços afetivos e enriquece a experiência de aprendizado. Contudo, é vital que o educador permita que a criança assuma o protagonismo em seu processo de aprendizagem (Bernardo; Nascimento; Kassburg, 2023).

Brincar em grupo oferece à criança a oportunidade de vivenciar regras sociais e morais, aprendendo a lidar com frustrações, como perder ou esperar a sua vez, e desenvolvendo uma atitude mais flexível. As instituições de educação infantil desempenham um papel cada vez mais relevante nesse processo, e é necessário refletir sobre a urgência de criar ambientes que respeitem e atendam às necessidades fundamentais da criança.

2.3 A evolução da educação infantil no Brasil

A Educação Infantil no Brasil, apesar de registros históricos de sua presença desde que as mulheres entraram no mercado de trabalho, como em outros países, tinha um caráter assistencial. Ela assumiu a função de cuidador enquanto as mães estavam fora de casa.

As creches eram consideradas instituições de atenção à infância, destinadas a atender às crianças das mães trabalhadoras, com o objetivo de promover a família e prevenir a marginalidade. Nesta fase, não existia uma concepção formal de ensino e aprendizagem. A pré-escola no Brasil surgiu na década de 1970 com um caráter compensatório, visando suprir necessidades culturais, afetivas e linguísticas (Silva et al., 2025).

Em 1974, recebeu atenção governamental com a criação da Coordenação de Educação Pré-Escolar (MEC/COEPRE), cuja principal função era impulsionar o debate sobre funções e currículos nesta fase da educação básica. No entanto, as configurações da pré-escola ainda não sofreram modificações significativas devido à falta de recursos (Matunaga; Crepaldi, 2024).

A Educação Infantil no Brasil teve um dos seus principais marcos entre as décadas de 1970 e 1980, influenciada pela United Nations Children's Fund (UNICEF) e United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), que divulgaram modelos de Educação Infantil de massa (Denny; Mendes, 2024). Essa

influência contribuiu para a criação de programas e projetos no país voltados para essa fase da Educação Básica, como o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar do Ministério da Educação.

O ponto de virada nas mudanças no âmbito da Educação Infantil ocorreu com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o direito à educação para crianças de 0 a 6 anos, tornando uma responsabilidade do Estado a criação de escolas e creches para esse público. Esse período foi marcado pela busca do Ministério da Educação para desvincular a Educação Infantil do cunho assistencialista, articulando-a com o educar e o cuidar (Pessanha, 2024).

A Constituição Federal de 1988 também destacou a necessidade de um projeto político-pedagógico para o atendimento dessas crianças, com o objetivo de assegurar o seu direito à educação. No entanto, este só foi implementado cerca de 10 anos depois, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, e dois anos depois, em 1998, com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI).

Foi a partir da LDB que a Educação Infantil foi reconhecida como um espaço de aprendizagem (Santos, 2024). A LDB, promulgada pela Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu a necessidade de formação para o profissional da Educação Infantil. Conforme a lei, o educador deve ter nível superior, com a modalidade Normal sendo aceita como formação mínima. Em 2017, a Lei n. 13.415 atualizou essa exigência, exigindo formação mínima de Ensino Superior em Licenciatura Plena.

A Educação Infantil passou a ser administrada pelo poder municipal, contando com a assistência técnica e financeira da União e dos estados, quando necessário. Partindo do princípio de que toda criança tem o direito a uma educação de qualidade, foram criados eixos norteadores que devem estar expressos nas diversas propostas pedagógicas (Miguel; Bataglia, 2021).

As referências teóricas e as concepções de criança e educação infantil fornecem as bases para definir os eixos que estruturarão o trabalho educativo a partir do RCNEI (1998). A Educação Infantil, conhecida como pré-escolar, é a primeira etapa da educação básica e complementa a ação educativa da família, promovendo o desenvolvimento equilibrado da criança e sua inserção na sociedade como um ser livre e autônomo (Brasil, 1998).

A educação infantil deve proporcionar experiências que facilitem o desenvolvimento e formação da criança, considerando o sistema intelectual que ela utiliza em um determinado momento (Almeida; Alves, 2021). Não podemos analisar a criança sem levar em conta suas relações sociais. No âmbito da formação pessoal e social, o objetivo é favorecer a construção do sujeito, organizando atividades que promovam o desenvolvimento afetivo das crianças e os esquemas simbólicos de interação com os outros e o meio.

Conforme o RCNEI (1998), o trabalho neste âmbito visa que as instituições ofereçam condições para que as crianças aprendam a conviver, a ser e a estar com os outros e consigo mesmas, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança. Este âmbito abrange o eixo de trabalho "Identidade e Autonomia".

Já no âmbito "Conhecimento de Mundo", trabalham-se os seguintes eixos: Movimento, Artes Visuais, Música, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade, Matemática. O eixo "Construção da Identidade e Autonomia" se refere ao conhecimento progressivo que as crianças adquirem de si mesmas, à autoimagem que se configura através deste conhecimento, e à capacidade de utilizar recursos pessoais no momento apropriado (Brasil, 1998).

No eixo Movimento, a psicomotricidade é trabalhada de forma lúdica, visando desenvolver a coordenação motora ampla e fina nas crianças. Através do brincar, o corpo é explorado, permitindo à criança descobrir e desenvolver habilidades, estimulando o pensamento criativo e a ação no seu espaço (Bernardo; Nascimento; Kassburg, 2023).

Este eixo contribui para a formação e estruturação do esquema corporal, incentivando a prática do movimento em todas as etapas da vida infantil. As Artes Visuais, como eixo da Educação Infantil, são necessárias para respeitar as particularidades e características de conhecimento de cada faixa etária e nível de desenvolvimento (Santos, 2024).

O pensamento, sensibilidade, imaginação, percepção, intuição e cognição devem ser trabalhados de forma integrada, favorecendo o desenvolvimento das capacidades criativas das crianças (Brasil, 1998).

Na Educação Infantil, as crianças começam a vivenciar ritmos, gestos e jogos motrizes através de canções e danças (Silva et al., 2025). Portanto, é de suma

importância trabalhar jogos e brincadeiras que envolvam dança, improvisação musical e repertório de canções, para desenvolver a memória musical.

O eixo Linguagem Oral e Escrita é fundamental para a formação da criança, na interação social, na orientação de suas ações e na construção de conhecimentos. A aprendizagem da Linguagem Oral e Escrita é importante para ampliar as possibilidades de inserção e participação nas diversas práticas sociais (Brasil, 1998).

No eixo Sociedade e Natureza, as crianças aprendem sobre diversos conteúdos que compõem o universo do conhecimento construído pela sociedade humana, trabalhando temas relacionados à vida cotidiana e fenômenos históricos em um determinado contexto (Matunaga; Crepaldi, 2024).

O eixo Matemática auxilia as crianças a compreender e organizar a realidade, explorando características e propriedades dos objetos, bem como as relações entre eles, como semelhança, diferença, correspondência e inclusão (Brasil, 1998).

Com base nisso, pode-se perceber a importância de trabalhar a educação infantil com base nos eixos curriculares estabelecidos pelo Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Nos últimos anos, a educação infantil recebeu um enfoque pedagógico que se voltou para a realidade e o conhecimento das crianças, promovendo atividades que têm significado concreto, assegurando a aquisição de novos conhecimentos (Denny; Mendes, 2024).

Em 2006, a Lei n. 11.274 alterou a estrutura da Educação Básica, fazendo com que as crianças com 6 anos completos não fizessem mais parte da Educação Infantil, passando a serem atendidas nesse período crianças até 5 anos completos, compreendendo o Infantil I ao Infantil V, conforme a idade. É aceitável uma distorção da idade/série de até 2 anos (Miguel; Bataglia, 2021).

Pode-se dizer que a educação infantil no Brasil passou por transformações significativas e avançou em direitos para as crianças, mas ainda há muito a ser feito na prática, pois muitas das leis não são cumpridas em relação às vagas para todas as crianças na educação infantil.

2.4 O brincar e o educar

A vida da criança é permeada pelo brincar e fantasiar. É durante a brincadeira que a criança experimenta novas habilidades, exercita a imaginação, a sociabilidade e a criatividade. Assim, pode-se afirmar que o ato de brincar se entrelaça com o desenvolvimento psíquico, emocional, cognitivo e social. O brincar reflete a constituição de um sujeito humano que estabelece sua relação com os objetos através do Outro primordial: a mãe.

Para a psicanálise, a mãe ou pessoa cuidadora representa um elemento fundamental para a entrada do bebê no mundo do Outro, pois é através dos desejos maternos depositados sobre o bebê, via olhar e brincadeiras, que se estabelece a estrutura psíquica da criança. Cada cultura possui brincadeiras com estrutura particular, que determinam o desenrolar dos acontecimentos, prevendo padrões, estratégias e confirmações peculiares (Pessanha, 2024).

Assim, a criança tende a desenvolver os valores morais dentro da sociedade em que está inserida. Os bebês são curiosos com tudo que os rodeia, e as brincadeiras são essenciais para explorar o ambiente e aprender com isso. Entre o quarto e o sexto mês, a criança aprimora sua relação social, aumenta a vocalização e usa expressões faciais e corporais, e já emite gargalhadas.

Nesse período, o bebê consegue erguer a cabeça quando colocado de bruços, sentar-se com apoio e firmar os membros inferiores quando em pé. É comum que o bebê se apegue a algum objeto para dormir, como lençóis ou panos (Almeida; Alves, 2021).

No sétimo ao nono mês, a criança começa a estranhar pessoas desconhecidas, já se senta sem apoio e se mantém em pé segurando-se em alguém ou em móveis (Santos, 2024). Nessa fase, a criança possui maior coordenação motora e costuma jogar objetos ao chão como uma forma de experimentar e aprender sobre causa e efeito.

No primeiro ano de vida, entre os 10 e 12 meses, o bebê demonstra um maior interesse pelo ambiente ao seu redor, enfrentando os limites impostos pelos pais e pelo próprio espaço. Ele se comunica por meio de gestos e expressões, mas já consegue emitir palavras simples e entender tudo o que lhe é dito. Alguns já conseguem caminhar nessa fase, enquanto outros se mantêm em pé ou andam com apoio de uma pessoa ou móvel (Brasil, 2006).

À medida que o bebê cresce, suas habilidades se desenvolvem e sua forma de brincar muda. Nessa fase, a brincadeira é uma oportunidade para aprendizado e desenvolvimento. Os brinquedos devem ter cores atraentes e serem exploráveis. Nos primeiros seis meses do segundo ano de vida, os melhores brinquedos são aqueles com rodas ou bolas, pois ajudam a estimular a coordenação motora. Os brinquedos de borracha continuam agradando, já que essa é uma fase onde os primeiros dentinhos aparecem, e os objetos são usados para morder (Bernardo; Nascimento; Kassburg, 2023).

Portanto, o primeiro ano de vida é um período de aprendizado físico e psíquico, durante o qual os músculos e o cérebro são desenvolvidos, a coordenação e a memória se aprimoram, as capacidades sensoriais se aprimoram e a inteligência se fortalece (Silva et al., 2025).

Neste período, as crianças imitam atividades rotineiras da família, como atender ao telefone, alimentar ou colocar um boneco para dormir. Nessa fase, elas respondem com "não" às perguntas direcionadas, o que é um comportamento típico para essa idade. Segundo Piaget, durante este estágio, os bebês aprendem através dos sentidos e são influenciados pelo ambiente imediato, desenvolvendo algum pensamento representativo. É nessa fase que a experiência adquirida prepara a criança para o próximo estágio.

No período entre dois e três anos, as crianças necessitam de brincadeiras que estimulam a percepção da realidade. Nesta fase, os pais podem ter mais tranquilidade, pois os filhos estão mais autônomos, comportam-se de forma mais adequada e aceitam os limites impostos.

Até dois anos, a criança faz riscos, mas aos três anos, já começa a atribuir significados aos desenhos, fazendo círculos, traços e espirais, embora ainda não dê nome ao que desenha. Este estágio representa a fase mais criativa da criança. Durante o animismo, a criança atribui características humanas a objetos inanimados, um comportamento que deve desaparecer (Miguel; Bataglia, 2021).

Em contraste, o realismo consiste na materialização das fantasias pela criança. Nessa fase, são indicados brinquedos como triciclos e bicicletas, já que a criança possui raciocínio lógico e se interessa por brinquedos que exigem ação para causar um efeito. A diferenciação entre brincadeiras femininas e masculinas, como carrinhos e bonecas, começa a se estabelecer, embora a preferência por brinquedos

de encaixe seja comum. Livros com ilustrações também são interessantes para estimular a imaginação (Matunaga; Crepaldi, 2024).

É preciso que o educador compreenda que ao desenvolver o conteúdo programático por meio do brincar, não se está descuidando da aprendizagem formal (Denny; Mendes, 2024). Ao optar pelo conteúdo programático através do brincar, o educador trabalha na construção do conhecimento, considerando o estágio de desenvolvimento da criança de maneira significativa.

Profissionais da educação precisam entender e interpretar o brincar para identificar crianças que enfrentam dificuldades em atividades escolares. Para isso, os adultos devem estar atentos às brincadeiras infantis, usando-as para auxiliar na construção do aprendizado. A criança, ao brincar na sala de aula, pode indicar que precisa de ajuda (Pessanha, 2024).

O educador deve preparar seu projeto com atividades significativas para as crianças, baseadas na espontaneidade das brincadeiras. O educador deve criar situações que incentivem a realização de brincadeiras e intervir no desenvolvimento do faz-de-conta (Almeida; Alves, 2021). O professor deve variar os objetos oferecidos às crianças, permitindo que elas explorem e criem situações por meio das brincadeiras. O educador deve atuar como mediador, promovendo a socialização e a integração do grupo, respeitando, aceitando e confiando uns nos outros (Santos, 2024).

É fundamental que o professor reconheça o brincar como um recurso pedagógico que proporciona novas aprendizagens. Ele é peça-chave nesse processo, sendo um elemento essencial e fundamental. Portanto, é importante que o ato de brincar seja integrado à cultura escolar, com o professor analisando as atividades a serem desenvolvidas de acordo com os objetivos almejados com as crianças.

2.5 Características cognitivas e comportamentais da criança em processo de alfabetização

De acordo com Wallon, o Estágio Categorical abrange a idade entre 6 e 11 anos. Este período marca a superação do personalismo, que ocorre entre 3 e 6 anos, quando a criança estabelece processos regulares de desenvolvimento mental, embora possa ser afetada por crises.

A principal questão deste estágio é o desenvolvimento intelectual, já que a criança passa a perceber-se como parte de diversos grupos, desempenhando diferentes papéis e estabelecendo relações variadas. Nesta etapa, a criança desenvolve a atenção, aprendendo a identificar, corresponder ou descartar estímulos relevantes para a atividade em que está envolvida.

A motricidade também evolui, com maior precisão nos gestos e ações pretendidas. Wallon distingue dois momentos: a etapa pré-categorial (6-9 anos), marcada por sincretismo, e a categorial, onde a criança começa a pensar e perceber o mundo de maneira nova, nomeando, agrupando e comparando, embora ainda não atinja a abstração.

Piaget classifica o período de 2 a 7/8 anos como pré-operatório, caracterizado pela função simbólica/semiótica e o início da linguagem, embora a lógica ainda não seja compreendida. Durante esse estágio, a criança concebe a realidade a partir de sua perspectiva, apresentando egocentrismo intelectual e social (Miguel; Bataglia, 2021).

Vygotsky (2007) analisa o desenvolvimento a partir de aspectos sociogenéticos e ontogenéticos, destacando a importância de instrumentos e signos culturais na relação entre o indivíduo e o meio. A interação social e com o mundo é possível por meio dessas ferramentas transmitidas culturalmente.

Nos anos iniciais da escola, a criança enfrenta diversos novos códigos, representações e organizações que precisam ser compreendidas e internalizadas, representando um salto em seu desenvolvimento. O meio oferece muitas resistências e exigências, dificultando a iniciação na nova realidade.

Fatores como saúde, intelectuais, emocionais, comportamentais, familiares, interações com outras crianças, oscilações físicas e psicológicas, e questões sociais podem influenciar o aluno em seu processo de adaptação a um novo meio. Neste contexto, ele precisa entender e desempenhar seu papel (Bernardo; Nascimento; Kassburg, 2023).

Professores e pais contribuem ao lidarem com as fantasias, emoções, impulsos, agressividade, angústias e medos das crianças. O conforto e a estimulação oferecidos por esses dois agentes são essenciais para um desenvolvimento saudável e um processo de adaptação tranquilo e propício ao sucesso. Para isso, é fundamental observar a criança como um todo, incluindo suas necessidades emocionais e físicas.

Todo ambiente de convívio é um espaço de aprendizagem, no que diz respeito à aquisição da escrita (Silva et al., 2025).

Códigos diversos rodeiam a criança em todos os âmbitos de sua vida, medindo sua interação com o meio através da linguagem, que se manifesta como expressão oral, seguida pela possibilidade de registro gráfico (Matunaga; Crepaldi, 2024).

Portanto, é necessário estar atento ao modo como a criança é assistida no processo de contato e internalização da escrita, considerando fatores que influenciam seu progresso e sucesso nesta experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão desta pesquisa elucidou a importância do lúdico como um elemento fundamental no desenvolvimento infantil, destacando as transformações históricas que contribuíram para o reconhecimento da infância como uma fase autônoma e significativa da vida humana. O papel do professor se revela essencial nesse contexto, pois ele deve proporcionar experiências diversificadas que promovam a exploração e a interação através de jogos e brincadeiras. Esses recursos pedagógicos favorecem a construção da identidade e autonomia da criança.

É preciso que os educadores adotem uma abordagem que valorize as capacidades individuais de cada aluno, evitando rótulos e limitações que possam restringir seu potencial. A faixa etária entre sete e doze anos é crítica, pois é durante esse período que a criança começa a desenvolver uma compreensão de seus pensamentos e sentimentos, enfrentando conflitos internos que são naturais ao processo de amadurecimento cognitivo.

Dessa forma, reforça-se a necessidade de uma formação docente que considere essas nuances e que promova práticas pedagógicas inclusivas capazes de reconhecer e valorizar a singularidade de cada criança. Investir no lúdico na educação é um compromisso com o desenvolvimento integral do ser humano em sua plenitude. É imprescindível, portanto, que continuemos a explorar as interconexões entre ludicidade, aprendizagem e desenvolvimento, assegurando que as futuras gerações cresçam em ambientes ricos em criatividade, reflexão e colaboração.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vitor Sergio; ALVES, Paloma Silva. A contribuição dos jogos para o desenvolvimento infantil sob o prisma teórico de Piaget e Kishimoto. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 46, 2021.

BERNARDO, Elaine Aparecida; NASCIMENTO, Janaína Lima; KASSBURG, Kamilla. O papel do educador: educação das crianças de zero a três anos: 2.ª edição. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, p. 12-90, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**, v. 1. Brasília, DF, 2006

DENNY, Grace Sherley; MENDES, Ivanise Nazaré. O lúdico na educação infantil como instrumento facilitador da aprendizagem. **RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, 2024.

MATUNAGA, Katia Keiko; CREPALDI, Roselene. **Linguagem, oralidade e escrita na educação infantil**. Editora Senac São Paulo, 2024.

MIGUEL, Priscila Caroline; BATAGLIA, Patricia Unger Raphael. **O desenvolvimento moral e o valor respeito na educação infantil**. Editora Oficina Universitária, 2021.

PESSANHA, Maria Margarida. **São “só” rabiscos: O desenho infantil e a colaboração com a criança como ponto de partida para o desenvolvimento de uma curtametragem de animação**. 2024. Dissertação de Mestrado. Instituto Politecnico do Cavado e do Ave (Portugal).

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana. **Educação no Século XXI: Métodos e Ferramentas no Mundo Atual**. EBPCA-Aluz, 2024.

SILVA, Doraci Creuza et al. A importância da ludicidade na educação infantil: contribuições para o ensino e aprendizagem: The importance of playfulness in early childhood education: contributions to teaching and learning. **RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, 2025.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.